

Espaço, diplomacia económica e políticas públicas

Paulo Neto

1. Introdução

A tradicional «insularidade» dos territórios locais e regionais, protegidos pelas economias nacionais a que pertencem, deixou de funcionar como mecanismo de salvaguarda e amortecimento, da sua exposição às dinâmicas e impactos da economia global.

Esta realidade, implica que o planeamento de territórios subnacionais, e a definição de políticas públicas a eles dirigidas, tenha em conta esta sua progressiva exposição externa, e que estes territórios sejam encarados, não enquanto *stock* de recursos e de potencialidades duradouras, mas, sobretudo, enquanto realidades sujeitas a processos contínuos de reconstrução de competências e de reformulação de vantagens competitivas.

O atual contexto de exigência, no que respeita à capacidade relacional e ao posicionamento internacional dos territórios locais e regionais, acelerou a temporalidade e a volatilidade dos seus modelos de desenvolvimento (Neto, 2007).

O modelo de integração europeia, e a liberalização das relações económicas internacionais, incentivaram a valorização de novas fileiras económicas transnacionais, definidas a partir de redes transnacionais de cooperação, entre empresas (Cappellin, 1992; Bertrand e Hay, 1987; Bevennuti, Cavaliere e Raffaeli, 1992; Rosenblat, 1993; Oppenheim, 1995), e entre cidades e regiões (Domergues e Gardin, 1989; Benko e Lipietz, 1992; Camagni, 1993; Castells, 1999). Redes para as quais, organizações e territórios se mobilizam, no sentido de evitarem situações de isolamento em termos de posicionamento na economia global. E também, de modo a construir novas vantagens competitivas com base em critérios de cooperação e associação transnacional.

O resultado daí decorrente, é a coexistência, na União Europeia e na economia global, de uma multiplicidade de formas de integração de natureza territorial, simétricas e assimétricas, com vários polos de dominação e de dependência, estruturadas em núcleos centrais de poder económico, cultural e ou político, e com «uma base supranacional territorializada ou transnacional aterritorializada» (Covas e Neto, 1992), geradoras, em muitos casos, de alterações no tipo de solidariedades regionais e interterritoriais de proximidade.

O território da União Europeia, é uma malha complexa de sistemas territoriais de produção (Maillat, 1995). E as políticas económicas, comerciais e de relações exteriores da União, tendem a neutralizar o significado das fronteiras nacionais, e incentivam o desenvolvimento de novas fileiras económicas transnacionais (Krugman, 1990). O que, em termos de critérios de localização das empresas, significa a passagem de uma geografia estática de custos para uma geografia dinâmica das organizações (Veltz, 1993), e determina, em termos territoriais, um novo quadro de exigência para a definição das políticas públicas de suporte ao desenvolvimento local e regional.

Tradicionalmente, a atratividade dos territórios locais e regionais era, em grande medida, o resultado de uma justaposição histórica de otimizações de localização de unidades económicas de produção, e, um processo cumulativo de estratégias de desenvolvimento, que, sobre eles, foram sendo aplicados. A presente concorrência internacional pela atratividade, e a crescente exposição internacional das economias locais e regionais, introduz um risco adicional de vulnerabilidade aos territórios locais e regionais, na medida em que, expõe, de uma outra forma, as especializações económicas tradicionais.

Os territórios locais e regionais têm vindo, por isso, a desenvolver políticas mais ou menos formais de relações exteriores. Políticas que, em muitos casos, em função das competências político-administrativas de que muitos territórios regionais dispõem, não lhes permitem desenvolver em sentido formal um verdadeiro exercício de atividades de tipo diplomático, mas que lhes possibilita, na prática, atingir objetivos e efeitos muito próximos desses (Neto, 1994). Para muitos territórios, esta realidade, traduziu-se na afirmação de uma verdadeira diplomacia económica de base territorial (Neto, 2011).

2. Espaço, distância e geografia

A complexificação dos relacionamentos económicos transnacionais associada à generalização da utilização das novas tecnologias de informação, sobretudo a partir da década de 90 do século passado, criou a ilusão de que, por essa via, os territórios se podiam finalmente libertar da geografia. Para Krugman (1998) o espaço era a «última fronteira», e o «fim da distância» (Van Bergeijke, 2009, p. 9) foi anunciado por autores como Cairncross (1997), Tapscott (1997) e Friedmann (2005). O fim da